



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680205 - PR (2021/0219462-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RONALDO CAMILO E OUTROS
ADVOGADOS : RONALDO CAMILO - PR026216
ELICHIELLI GABRIELLI PERILIS - PR034619
KELLY CRISTINE SOARES DE OLIVEIRA - PR088975
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALESSANDRO FARIAS DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : ALESSANDRO BENATTI DE SOUZA JUNIOR
CORRÉU : FIDELICIO DOS SANTOS
CORRÉU : JONATA CAVALCANTE DOS SANTOS
CORRÉU : MAURO JOSE CAVALCANTE SOBRINHO
CORRÉU : PAULO TOMEKICHI DE PEDER KIMURA
CORRÉU : SUZIANE FERREIRA DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALESSANDRO FARIAS DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0036196-16.2021.8.16.0000).

O paciente foi denunciado e preso preventivamente por suposta prática dos delito previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam a carência de motivação idônea para a decretação e para a manutenção da segregação cautelar do paciente, ante a ausência dos requisitos autorizadores da medida extrema, que teria sido decretada, tão somente, com base na gravidade abstrata do delito.

Destacam a desnecessidade da constrição cautelar na espécie, haja vista que o paciente possui residência fixa e ocupação lícita, sendo suficiente a imposição de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com a aplicação de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente